

PRINCIPAIS PONTOS DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Redução de gastos atingem até Sarney

A Lei de Diretrizes Orçamentárias determina a redução de gastos em vários setores do funcionalismo público, limita os gastos do Presidente Sarney no próximo ano para que seu sucessor não seja prejudicado e corta despesas.

PESSOAL — Determina a extinção de 80% dos cargos não preenchidos até janeiro próximo e congela metade das vagas que surgirem no decorrer de 1990. O Governo fica também proibido de aumentar os gastos com pessoal no ano que vem.

LISTA — Todos os órgãos públicos terão que enviar ao Congresso até 31 de agosto lista com os nomes de todos os seus funcionários, cargos que ocupam e remuneração. A relação acompanhará o Orçamento Geral da União, e quem não cumprir a exigência ficará sem verba.

CARROS OFICIAIS — Não será destinada verba para aquisição ou manutenção de automóveis de representação, a não ser para o Presidente da República, Presidentes dos Tribunais Superiores, da Câmara e do Senado e Ministros de Estado. Quem já tem carro de representação terá que arcar com as despesas de manutenção.

VIAGENS E PROPAGANDA — Os ór-

gãos públicos deverão cortar no próximo ano 20% de suas despesas com viagens, consultoria, publicidade e propaganda.

INCENTIVOS FISCAIS — Os incentivos fiscais serão cortados pela metade no próximo ano fiscal.

SARNEY — A Lei proíbe que o Presidente José Sarney gaste em seus últimos três meses de governo mais que 14,2% do Orçamento para o próximo ano. Com isso, ficam assegurados recursos para o futuro Presidente da República. Alguns destaques visam a reduzir ainda mais este percentual.

ESTATAIS — Permite ao Tesouro Nacional emitir títulos públicos para capitalização das empresas estatais rentáveis, desde que a outra metade do capital seja obtida com a emissão de ações.

PREVIDÊNCIA E CLUBES — Corta os recursos públicos para os fundos de previdência complementar, como o Instituto de Previdência do Congresso. Também proíbe subvenção a clubes e associações de servidores públicos.

NOVAS DESPESAS — Qualquer nova despesa aprovada pelo Congresso será anulada se os parlamentares não aprovarem também a cobrança de impostos ou taxas para cobri-la.